



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS)

ANEXO I
ORIENTAÇÕES PARA O ENVIO CORRETO DA
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS)

[*] CTPS – Modelo Antigo

Figura 1: Página de identificação. Fonte: Google;

Figura 2: Página de qualificação civil. Fonte: Google;

Figura 3: Página da seção de “contrato de trabalho”. Fonte: Google.

[**] CTPS – Modelo Novo

1. Página da foto - obrigatória.



3) Página do Contrato de Trabalho - obrigatória.



2. Página da Qualificação Civil - obrigatória.



Figura 4: Página de identificação. Fonte: Google;

Figura 5: Página de qualificação civil. Fonte: Google;

Figura 6: Página da seção de “contrato de trabalho”. Fonte: Google.

[***] CTPS - Modelo Digital

1. Baixar e instalar o aplicativo (App): Carteira de Trabalho Digital.



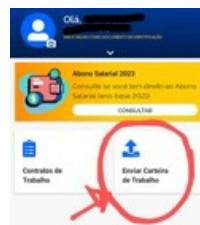
2. Ao acessar o App, ele vai solicitar que você faça login com sua conta gov.br



3. Faça login com seu CPF e

SENHA

4. Na página inicial, você
deverá “Enviar Carteira de
Trabalho”



5. Selecione a caixinha: “Todos
os dados da carteira”

6. Depois clique no ícone “PDF”
no canto inferior direito da
página



7. Após clicar no ícone do PDF,
abrirá na tela um PDF com a
sua CTPS Digital

8. Neste ponto, você ainda terá
duas opções:

8.1. **SALVAR** - você pode salvar no
seu celular e, posteriormente
inserir no SUAP;

8.2. **ENVIAR** - você poderá enviar
sua CTPS Digital para outro local, a
exemplo de e-mail, whatsapp, etc.

Por fim, cabe salientar que, no final do PDF
gerado (ou seja, da sua CTPS Digital), na
nota de rodapé há a seguinte informação:

*“Documento assinado digitalmente pela
Dataprev em xx/xx/xxxx”.*

Esta data informada no documento deve
estar atualizada, de acordo com os meses
do Edital em questão.

ANEXO II
MODELO DO EXTRATO DO BENEFÍCIO DO INSS

 INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Histórico de Créditos		Página 2 de 3 28/01/2021 13:21:23									
Identificação do Filiado											
NIT:	CPF:	Data de Nascimento: 29/01/1949									
Nome:											
Nome da mãe:											
Compet. Inicial: 08/2020	Compet. Final: 01/2021										
<table><tr><td>303</td><td>ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS</td><td>R\$ 1.045,00</td></tr><tr><td>316</td><td>SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS</td><td>R\$ 0,49</td></tr><tr><td>322</td><td>RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)</td><td>R\$ 52,25</td></tr></table>			303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 1.045,00	316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,49	322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 52,25
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 1.045,00									
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,49									
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 52,25									
Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invaliado	Isento IR			
10/2020	01/10/2020 a 31/10/2020	R\$ 1.045,00		Pago	06/11/2020	08/11/2020	Não	Não			
Banco: OP: Ocorrência: Pagamento efetuado			Data Cálculo: 10/10/2020 Origem: Maciça Validade Início: 06/11/2020 Fim: 30/12/2020								
Código	Descrição Rubrica				Valor						
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERÍODO				R\$ 1.045,00						
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS				R\$ 1.045,00						
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS				R\$ 0,49						
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)				R\$ 52,25						

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO CONJUGAL DO RESPONSÁVEL FAMILIAR

Eu _____, inscrito/a no CPF sob o nº ____-____-_____, residente na Rua/Av. _____, nº ____, bairro _____, município de _____-_____; DECLARO para os devidos fins de direito que minha situação conjugal é:

() Casado/a

() União Estável (morando junto com companheiro/a)

() Solteiro/a; Divorciado/a; Viúvo/a

() Outro:

Estou ciente que são de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro*.

_____ , _____ de _____ de _____.

cidade

dia

mês

ano

Assinatura do declarante

*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 *Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.* Pena: *Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa;* 2) Art. 299 *Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.* Pena: *reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*

ANEXO IV
DECLARAÇÃO NEGATIVA DE CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS)

Eu _____, inscrito/a no CPF sob o nº _____._____._____-_____, residente na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, município de _____; **DECLARO** para os devidos fins de direito que não posso Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro*.

_____, ____ de _____ de _____.
cidade *dia* *mês* *ano*

Assinatura do declarante

**O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Eu _____ (*locador*), inscrito/a no CPF sob o nº _____, residente na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, município de _____ DECLARO ser isento(a) da apresentação da Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF) nos exercícios (anos), por não incorrer em nenhuma das hipóteses de obrigatoriedade estabelecidas pelas instruções normativas (IN) da Receita Federal do Brasil (RFB).

Esta declaração está em conformidade com a IN RFB Nº 1548/2015 e com a Lei Nº 7.115/83.

Declaro ainda, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações acima prestadas.

_____, ____ de _____ de _____.
cidade dia mês ano

Assinatura do declarante

*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO VI

Eu _____, inscrito/a no CPF sob o nº _____, residente na(o) _____ **DECLARO** para os devidos fins que minha situação atual de trabalho/ emprego é a seguinte (marque apenas 1 opção de acordo com a sua situação):

() Trabalho autônomo (SEM contribuição previdenciária - INSS), com renda mensal no valor de R\$ _____, trabalhando com/como (informe qual atividade desenvolve): _____;

() Trabalho como profissional liberal (COM contribuição previdenciária - INSS), com renda mensal no valor de R\$ _____, trabalhando com/como (informe qual atividade desenvolve): _____;

() **Trabalho informal (bicos)**, com renda **mensal** no valor de R\$ _____, trabalhando com/como (informe qual atividade desenvolve): _____;

() **Agricultura/trabalho rural/pesca artesanal**, com renda **mensal** no valor de R\$ _____, trabalhando com/como (informe qual atividade desenvolve): _____;

() Agricultura de subsistência/pesca de subsistência, SEM RENDIMENTO proveniente dessa atividade, e o meu sustento provém de

(...) Estou desempregado(a) não desempenha nenhuma atividade remunerada no momento e os meus sustento provém de

(informe):_____

Estou ciente de que as informações prestadas neste documento são de minha inteira responsabilidade, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro.

_____ , _____ de _____ de _____.

cidade

dia

mês

ano

Assinatura do declarante

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA*

_____ , _____ de _____ de _____ .

Assinatura do declarante

*O recebimento de pensão alimentícia pode ser tanto aquele determinado pela justiça no momento do divórcio dos genitores, quanto aquele pago informalmente a título de contribuição financeira para a subsistência do/a filho/a.

**O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE AJUDA FINANCEIRA

Eu _____ (*quem presta o auxílio financeiro*), inscrito/a no CPF sob o nº _____-
_____, residente na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, município de
_____; **DECLARO** para os devidos fins de direito que ajudo financeiramente o/a Sr/a.
_____ com o valor mensal aproximado de R\$ _____.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro*.

_____ , _____ de _____ de _____.

cidade dia mês ano

Assinatura do declarante

(*aquele que ajuda financeiramente*)

*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO IX

- () Transporte pago (ônibus, táxi, moto-táxi, veículos de transporte por aplicativos, transporte escolar, etc.), com custo médio mensal de R\$

() Transporte próprio (carro, moto ou similares).

() À pé ou de bicicleta.

() Transporte gratuito.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro.*

_____ , _____ de _____ de _____;

cidade

dia

mês

ano

Assinatura do declarante

*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO X

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro.*

_____ , _____ de _____ de _____ .

Assinatura do declarante

*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XI
DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO

Eu _____ (quem cede o imóvel), inscrito/a no CPF sob o nº _____, residente na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, município de _____; DECLARO para os devidos fins de direito que cedi o imóvel localizado na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, município de _____ para uso do(a) Sr(a). _____ e sua família, sem a cobrança de nenhum valor.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro.*

_____ , _____ de _____ de _____.

cidade

dia

mês

ano

Assinatura do declarante

*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XII
DECLARAÇÃO DE IMÓVEL ALUGADO

Eu _____ (locador), inscrito/a no CPF sob o nº _____._____._____._____.
residente na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, município de _____;
declaro para todos os fins de direito e sob as penas da Lei, que ALUGO ATUALMENTE o imóvel situado à
Rua/Av: _____ N°: _____ Bairro: _____

para o(a) Sr.(a) _____
(locatário), RG _____ e CPF _____,
desde ____ / ____ / _____ até os dias atuais, pelo valor mensal de R\$ _____.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro.*

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do declarante

*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XIII

Eu _____, inscrito/a no CPF sob o nº _____.
_____._____._____._____, responsável pela família do estudante _____, residente na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, município de _____; DECLARO para os devidos fins de direito que meu grau de escolaridade é:
() Não alfabetizado
() Ensino Fundamental incompleto
() Ensino Fundamental completo
() Ensino Médio incompleto
() Ensino Médio completo
() Ensino Superior incompleto/cursando
() Pós-Graduação (especialização/Extensão/Residência)

_____ , _____ de _____ de _____.

declarante

*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XIV
DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
(PARA ESTUDANTE QUILOMBOLA, INDÍGENA E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS)

A liderança comunitária abaixo identificada, DECLARA, para os devidos fins de direito que o(a) estudante _____ (nome completo), cadastrado(a) no CPF sob o número _____, é pertencente ao povo ou comunidade tradicional _____ (nome do povo ou comunidade tradicional*), localizada no município _____, UF _____.

Por ser expressão da verdade, firmo e data a presente declaração**.

Local e data (Informar a Cidade, a UF e o dia, mês e ano da emissão)

Nome completo da liderança: _____

CPF: _____ RG: _____

Assinatura: _____

*Povos e Comunidades Tradicionais reconhecidos nacionalmente são: andirobeiros; apanhadores de flores sempre vivas; caatingueiros; caiçaras; catadores de mangaba; cipozeiros; povos ciganos; comunidades de fundo e fecho de pasto; extrativistas; extrativistas costeiros e marinhos; faxinalenses; geraizeiros; ilhéus; morroquianos; pantaneiros; pescadores artesanais; povo pomerano; povos indígenas; benzedeiros; comunidades quilombolas; povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; quebradeiras de coco babaçu; raizeiros; retireiros do Araguaia; ribeirinhos; vazanteiros; veredeiros; caboclos; juventude de povos e comunidades tradicionais. (Conforme Decreto nº 8.750/2016, atualizado pelo Decreto nº 11.481/2023).

**O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XV
DECLARAÇÃO DE ESTUDANTE ESTRANGEIRO(A) E/OU REFUGIADO(A)

Eu, _____, nascido(a) na cidade _____, no País _____, portador(a) do passaporte nº _____ residente e domiciliado(a) em _____, declaro para os devidos fins que me encontro em:

1. Situação de Refugiado/Estrangeiro:

Sou um refugiado reconhecido, conforme a Lei nº 9.474/1997 .

Sou um estrangeiro que se encontra no Brasil sob o regime de proteção temporária conforme a Lei nº 13.445/2017.

2. Motivo da Situação:

Encontro-me no Brasil sob um visto de estudante, conforme regulamentações da Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017).

Fui forçado a deixar meu país de origem devido a perseguições políticas, conflitos armados, violação dos direitos humanos, ou outras circunstâncias que afetam minha segurança e integridade.

Encontro-me no Brasil por motivos de proteção temporária devido a (especificar a razão, como uma crise humanitária ou situações emergenciais)_____

Outras: _____

3. Situação Atual:

Atualmente, resido em _____, e estou sob o processo de regularização perante as autoridades competentes do Brasil.

Possuo os documentos necessários para comprovar minha condição de refugiado/estrangeiro.

Outras: _____

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro*

_____, ____ de ____ de _____.
cidade dia mês ano

Assinatura do declarante (responsável maior de 18 anos)

*O modelo de declaração para estrangeiros e refugiados está de acordo com as leis e regulamentações brasileiras, como a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) e o Estatuto do Refugiado (Lei nº 9.474/1997).

ANEXO XVI

DECLARAÇÃO DE ESTUDANTE ORIUNDO(A) DE ENTIDADE OU ABRIGO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NÃO ADOTADO(A) EM IDADE DE
SÁIDA

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, declaro para os devidos fins que fui acolhido(a) em (Nome da Entidade/Abrigo) _____ localizada em _____, onde permaneci sob cuidados institucionais e não fui adotado(a) em idade de saída.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro*.

_____, ____ de _____.
cidade dia mês ano

Assinatura do declarante

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Jose Hermano Cavalcanti Filho, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-PC**, em 25/03/2025 12:22:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 25/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 687787
Verificador: 8b1814ae33
Código de Autenticação:



PB 151, S/N, Cenecista, PICUÍ / PB, CEP 58187-000
<http://ifpb.edu.br> - (83) 3371-2727